



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 680

Tensão em kV: 500

Subestações próprias/acessadas: 5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 146.288.188 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R\$ 139.777.011 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	1,49	1,40
• Liquidez corrente	1,80	1,92
• Relação patrimônio líquido/ativo	33,09%	28,73%
• Relação passivo não circulante/ativo	50,01%	57,63%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	17,62%	(2,06%)
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	39,55%	43,41%
Ativos totais - R\$	710.408.569	722.238.838
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício - R\$	41.429.453	(4.270.395)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ativo			(reapresentado)	(reapresentado)	Passivo			(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.242.380	31.447.123	70.452.366	Fornecedores - terceiros	22	2.252.754	820.127	775.045
Concessionárias e permissionárias	7	18.177.695	16.883.167	23.887.794	Fornecedores - partes relacionadas	22	679.504	900.806	870.464
Contas a receber - partes relacionadas	22	2.535.387	1.258.832	1.517.761	Empréstimos - partes relacionadas	9	67.180.304	64.702.561	55.456.614
Estoques		3.919.555	3.919.555	3.734.965	Impostos e contribuições sociais	10	26.104.768	19.586.131	14.720.201
Adiantamento a fornecedores		730.991	563.062	802.186	Taxas regulamentares	11	8.652.469	9.158.396	8.569.463
Impostos a recuperar		1.270.791	862.113	272.732	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	14	11.779.805	-	609.957
Ativo de contrato	8	138.951.773	133.003.035	128.574.995	Outros passivos circulantes		3.422.528	3.369.382	2.502.130
Outros ativos circulantes		800.974	1.698.152	1.052.749			120.072.132	98.537.403	83.503.874
		216.629.546	189.635.039	230.295.548	Passivo não circulante				
Ativo não circulante					Emprestimos - partes relacionadas	9	184.540.599	241.696.619	261.031.380
Ativo de contrato	8	484.475.329	523.168.989	552.302.320	Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	-	60.000	63.213
Outros ativos não circulantes		5.367.440	5.441.310	15.988.993	Outras provisões - compensação ambiental		6.316.409	6.078.543	5.457.519
Imobilizado		3.918.509	3.949.139	3.275.763	Provisão para contingências	12	2.831.935	2.673.241	13.311.706
Intangível		17.745	44.361	70.977	Impostos diferidos	13	156.412.153	160.817.959	161.852.944
		493.779.023	532.603.799	571.638.053	Outros passivos não circulantes		5.156.775	4.867.365	4.549.100
Total do ativo		710.408.569	722.238.838	801.933.601			355.257.871	416.193.727	446.265.862
					Patrimônio líquido	14	274.500.000	274.500.000	274.500.000
					Capital social		5.493.271	5.493.271	5.493.271
					Reserva legal		-	-	60.385.762
					Retenção de lucros		(44.914.705)	(72.485.563)	(68.215.168)
					Prejuízo acumulado		235.078.566	207.507.708	272.163.865
					Total do passivo e do patrimônio líquido		710.408.569	722.238.838	801.933.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	15	109.518.145	105.484.731
Custo da operação	16	(12.286.862)	(10.828.306)
Lucro bruto		97.231.283	94.656.425
Despesas gerais e administrativas	17	(8.599.229)	(9.142.584)
Outras receitas operacionais líquidas	18	4.349.885	4.568.477
Lucro antes do resultado financeiro		92.981.939	90.082.318
Resultado financeiro	19	(33.013.428)	(69.036.048)
Receita financeira		61.913.430	64.070.975
Despesa financeira		(94.926.858)	(133.107.023)
Resultado antes dos impostos		59.968.511	21.046.270
Imposto de renda e contribuição social	20	(18.539.058)	(25.316.665)
Lucro líquido/(prejuízo) líquido do exercício		41.429.453	(4.270.395)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido/(prejuízo) líquido do exercício	41.429.453	(4.270.395)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	41.429.453	(4.270.395)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro/(prejuízo) acumulado	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	274.500.000	5.493.271	60.385.762	(68.215.168)	272.163.865
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.270.395)	(4.270.395)
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	(60.385.762)	-	(60.385.762)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	274.500.000	5.493.271	-	(72.485.563)	207.507.708
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.429.453	41.429.453
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(13.858.595)	(13.858.595)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	274.500.000	5.493.271	-	(44.914.705)	235.078.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isoluh Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500Kv Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais. (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais. (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal. (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$66.900.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 139.777.011 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 146.288.188 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses

bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	59.968.511	21.046.270
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	36.253.238	71.597.442
Depreciação e amortização	548.778	534.133
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.468)	26.358
Provisão para contingências	158.694	(10.638.465)
Provisão para compensação ambiental	237.866	621.024
Outras provisões	289.411	318.264
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(1.275.060)	6.978.270
Contas a receber - partes relacionadas	(1.276.555)	258.928
Ativo de contrato	32.744.921	24.705.291
Estoques	-	(184.590)
Impostos a recuperar	(408.678)	4.537.169
Adiantamentos a fornecedores	(167.929)	239.124
Outros ativos	971.048	9.902.280
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.151.329	72.211
Tributos e contribuições sociais	(4.095.799)	(8.949.785)
Impostos pagos	(14.409.217)	(17.662.485)
Juros pagos	(22.768.398)	(17.845.556)
Taxas regulamentares	(505.927)	588.933
Outros passivos	53.140	867.252
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	87.449.905	87.012.068
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(491.531)	(1.180.893)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(491.531)	(1.180.893)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(68.163.117)	(63.840.699)
Dividendos pagos	-	(60.995.719)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(68.163.117)	(124.836.418)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	18.795.257	(39.005.243)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.447.123	70.452.366
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	50.242.380	31.447.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo

continua



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanco patrimonial	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		31.447.123	-	31.447.123
Ativo de contrato	(i)	140.811.082	(7.808.047)	133.003.035
Demais ativos circulantes não impactados		25.184.881	-	25.184.881
		197.443.086	(7.808.047)	189.635.039
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	536.049.724	(12.880.735)	523.168.989
Demais ativos não circulantes não impactados		9.434.810	-	9.434.810
		545.484.534	(12.880.735)	532.603.799
		742.927.620	(20.688.782)	722.238.838

Total do ativo	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		64.702.561	-	64.702.561
Impostos e contribuições sociais	(iii)	11.207.935	8.378.196	19.586.131
Demais passivos circulantes não impactados		14.248.711	-	14.248.711
		90.159.207	8.378.196	98.537.403
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		241.696.619	-	241.696.619
Impostos diferidos	(ii)	103.486.202	57.331.757	160.817.959
Demais passivos não circulantes não impactados		13.679.149	-	13.679.149
		358.861.970	57.331.757	416.193.727
Patrimônio líquido				
Capital social		274.500.000	-	274.500.000
Reserva legal		5.493.271	-	5.493.271
Reserva especial de lucros a realizar	(i) e (ii)	13.913.172	(13.913.172)	-
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	-	(72.485.563)	(72.485.563)
		293.906.443	(86.398.735)	207.507.708
		742.927.620	(20.688.782)	722.238.838

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	81.347.026	24.137.705	105.484.731
Outros		(84.438.461)	-	(84.438.461)
Imposto de renda e contribuição social	(ii) e (iii)	(17.096.680)	(8.219.985)	(25.316.665)
Lucro líquido do exercício		(20.188.115)	15.917.720	(4.270.395)

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iii)	(20.188.115)	15.917.720	(4.270.395)
Total de resultados abrangentes		(20.188.115)	15.917.720	(4.270.395)

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		(3.091.435)	24.137.705	21.046.270
Itens de resultado que não afetam o caixa		62.458.756	-	62.458.756
(Aumento) redução nos ativos		68.288.938	(21.852.466)	46.436.472
Aumento (redução) nos passivos		(40.644.191)	(2.285.239)	(42.929.430)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		87.012.068	-	87.012.068
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.180.893)	-	(1.180.893)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(124.836.418)	-	(124.836.418)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(39.005.243)	-	(39.005.243)

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanco patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		70.452.366	-	70.452.366
Concessionárias e permissionárias		23.887.794	-	23.887.794
Ativo de contrato	(i)	127.496.802	1.078.193	128.574.995
Demais ativos circulantes não impactados		7.380.393	-	7.380.393
		229.217.355	1.078.193	230.295.548
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	544.253.142	8.049.178	552.302.320
Demais ativos não circulantes não impactados		19.335.733	-	19.335.733
		563.588.875	8.049.178	571.638.053
		792.806.230	9.127.371	801.933.601

Demonstração do resultado	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	81.347.026	24.137.705	105.484.731
Outros		(84.438.461)	-	(84.438.461)
Imposto de renda e contribuição social	(ii) e (iii)	(17.096.680)	(8.219.985)	(25.316.665)
Lucro líquido do exercício		(20.188.115)	15.917.720	(4.270.395)

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iii)	(20.188.115)	15.917.720	(4.270.395)
Total de resultados abrangentes		(20.188.115)	15.917.720	(4.270.395)

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		(3.091.435)	24.137.705	21.046.270
Itens de resultado que não afetam o caixa		62.458.756	-	62.458.756
(Aumento) redução nos ativos		68.288.938	(21.852.466)	46.436.472
Aumento (redução) nos passivos		(40.644.191)	(2.285.239)	(42.929.430)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		87.012.068	-	87.012.068
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.180.893)	-	(1.180.893)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(124.836.418)	-	(124.836.418)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(39.005.243)	-	(39.005.243)

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanco patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		70.452.366	-	70.452.366
Concessionárias e permissionárias		23.887.794	-	23.887.794
Ativo de contrato	(i)	127.496.802	1.078.193	128.574.995
Demais ativos circulantes não impactados		7.380.393	-	7.380.393
		229.217.355	1.078.193	230.295.548
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	544.253.142	8.049.178	552.302.320
Demais ativos não circulantes não impactados		19.335.733	-	19.335.733
		563.588.875	8.049.178	571.638.053
		792.806.230	9.127.371	801.933.601

Ref.	01/01/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos - partes relacionadas		55.456.614	-
Impostos e contribuições sociais		14.720.201	-
Taxas regulamentares		8.569.463	-
Demais passivos circulantes não impactados		4.757.596	-
		83.503.874	-
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas		261.031.380	-
Impostos diferidos	(ii)	84.510.405	77.342.539
Demais passivos não circulantes não impactados		23.381.538	-
		368.923.323	77.342.539
Patrimônio líquido			
Capital social		274.500.000	-
Reserva legal		5.493.271	-
Retenção de lucros		60.385.762	-
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	-	(68.215.168)
		340.379.033	(68.215.168)
		792.806.230	9.127.371

Ref.	01/01/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos - partes relacionadas		55.456.614	-
Impostos e contribuições sociais		14.720.201	-
Taxas regulamentares		8.569.463	-
Demais passivos circulantes não impactados		4.757.596	-
		83.503.874	-
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas		261.031.380	-
Impostos diferidos	(ii)	84.510.405	77.342.539
Demais passivos não circulantes não impactados		23.381.538	-
		368.923.323	77.342.539
Patrimônio líquido			
Capital social		274.500.000	-
Reserva legal		5.493.271	-
Retenção de lucros		60.385.762	-
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	-	(68.215.168)
		340.379.033	(68.215.168)
		792.806.230	9.127.371

Total do passivo e do patrimônio líquido **792.806.230** **9.127.371** **801.933.601**
(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; e **(iii)** Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do IFRIC 12.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuramento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 274.500.000 dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 60.385.762. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 13.858.595 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.078.789 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$11.779.805.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	143.712.650	154.768.278
Receita de operação e manutenção	26.775.740	25.854.467
Remuneração do ativo contratual	99.468.326	103.869.703
Receita de construção	202.039,00	-
Ajustes receitas variáveis	17.266.545	25.044.108
Deduções da receita operacional	(34.194.505)	(49.283.547)
PIS	(2.374.737)	(2.553.741)
COFINS	(10.938.181)	(11.762.695)
RGR	(5.353.455)	(4.455.702)
P&D	(1.284.255)	(1.339.388)
CDE (i)	(11.126.280)	(22.691.159)
TFSE	(529.197)	(501.703)
Proinfra	(2.588.400)	(5.979.159)
	109.518.145	105.484.731

(i) Valor refere-se a quotas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE que não foram recolhidos em 2017 devido aos efeitos suspensivos dos Despachos ANEEL nº 1.187/2017, nº 1.415/2017, nº 1.831/2017 e nº 2.115/2017.

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.520.095)	(6.459.200)
Material	(927.268)	(359.639)
Serviços de terceiros	(2.240.105)	(1.477.410)
Arrendamentos e aluguéis	(214.312)	(14.932)
Seguros	(180.989)	(213.686)
Tributos	(52.382)	(69.093)
Custo construção	(176.680)	-
Custo de operação e manutenção	(1.308.475)	(501.557)
Gastos diversos	(1.666.556)	(1.732.789)
	(12.286.862)	(10.828.306)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.918.357)	(5.999.141)
Administradores	(1.208.119)	(1.236.612)
Material	(122.547)	(53.479)
Serviços de terceiros	(883.272)	(632.691)
Arrendamentos e aluguéis	(245.225)	(145.921)
Provisão/reversão	(34.301)	60.912
Doações	(843.196)	(517.982)
Depreciação e amortização	(154.118)	(118.327)
Outras (i)	809.906	(499.343)
	(8.599.229)	(9.142.584)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2019	31/12/2018
Rendas da prestação de serviços (i)	11.541.884	10.599.579
Outras receitas	-	-
Tributos sobre a receita	(1.581.070)	(1.375.602)
Pessoal	(2.590.179)	(2.950.301)
Arrendamentos e aluguéis	(179.297)	(185.009)
Depreciação	(394.660)	(415.806)
Outras despesas	(2.446.793)	(1.104.384)
	4.349.885	4.568.477

(i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	61.913.430	64.070.975
Receitas de aplicações financeiras	3.765.986	3.959.117
Variações cambiais ativas	57.641.398	59.813.855
Outras receitas financeiras	715.906	505.613
Tributos sobre receitas financeiras	(209.860)	(207.610)
Despesa financeira	(94.926.858)	(133.107.023)
Variações cambiais passivas	(72.037.711)	(114.517.759)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(21.856.925)	(16.893.538)
Outras despesas financeiras	(1.032.222)	(1.695.726)
	(33.013.428)	(69.036.048)

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.968.511	21.046.268
Alíquota nominal	(20.365.294)	(7.131.731)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	-	-
Adições e exclusões não dedutíveis	(4.726.678)	(786.780)
Varição cambial	1.074.006	(14.100.197)
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	769.200	609.163
Juros indedutíveis	-	(4.016.457)
Outros	4.709.708	109.337
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(18.539.058)	(25.316.665)
IR e CS correntes	(19.861.594)	(24.066.409)
IR e CS diferidos	1.322.536	(1.250.256)
	(18.539.058)	(25.316.665)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.242.380	31.447.123	70.452.366
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	22	2.535.387	1.258.832	1.517.761
Concessionárias e permissionárias	7	18.177.695	16.883.167	23.887.794
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Empréstimos - partes relacionadas	9	251.720.903	306.399.180	316.487.994
Fornecedores - terceiros		2.252.754	820.127	775.045
Fornecedores - partes relacionadas	22	679.504	960.806	933.677

21.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras,

principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cambial que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2019. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	5%
Empréstimos	251.720.903	(11.091.323)	11.623.192

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprindo com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
22.1. Ativo:			
Contas a receber - partes relacionadas	2.535.387	1.258.832	1.517.761
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.417.283	1.212.818	1.393.776
Outros	118.104	46.014	123.985
22.2. Passivo:			
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	252.400.407	307.359.986	317.421.671
Aluguel (ii)	6.736	6.418	5.893
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	672.741	894.374	864.571
Outros	27	60.014	63.213
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	251.720.903	306.399.180	316.487.994
22.3. Resultado:			
Resultado - partes relacionadas	(17.985.829)	(14.102.487)	
Despesa aluguel (ii)	(78.291)	(72.817)	
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.949.387	2.863.868	
Despesa de juros de empréstimo	(21.856.925)	(16.893.538)	

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	217.314.776	217.314.776
Veículos	Carros	1.724.002	1.361.099
		229.038.778	228.675.875

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria em suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P015199/O-6
Glauco Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

